

Frustração e agressão

I-O leito de Procusto: a hipótese frustração-agressão*

JORGE DA GLÓRIA**

1. INTRODUÇÃO

A maior parte dos trabalhos que, durante as últimas décadas foi consagrada ao esclarecimento dos factores do comportamento agressivo humano, refere-se às ideias relativas a esta questão apresentadas em 1939 pela equipa que então trabalhava em Yale sob a inspiração de Clark L. Hull. Estas ideias foram expostas numa monografia que veio a tornar-se um clássico, *Frustration and Aggression* (Dollard, Doob, Miller, Mowrer e Sears, 1939), cuja tese central é que o comportamento agressivo de um indivíduo resulta sempre de frustrações anteriores sofridas por esse mesmo indivíduo. Embora o texto original possa dar a entender que toda a frustração induzirá necessariamente uma reacção agressiva da vítima, este último ponto foi abordado de maneira mais rigorosa pelos mesmos autores da monografia de 1939, num artigo publicado dois anos mais tarde (Miller, Dollard, Doob, Mowrer e Sears, 1941): ainda que, para Dollard *et al.*, um comportamento

agressivo implique necessariamente um estado de frustração anterior do agente, um indivíduo pode sofrer frustrações sem por isso manifestar uma conduta agressiva. Este será nomeadamente o caso, sempre que o indivíduo recear ser castigado em razão dos seus actos agressivos.

Apesar das críticas de que esta posição foi alvo desde a sua origem, (Menninger, 1942; Maslow, 1941; Seward, 1945), a orientação por ela definida constitui hoje ainda uma posição teórica importante, desempenhando um papel de relevo em alguns domínios de aplicação, tais como a criminologia ou a pedagogia.

Neste trabalho, propomo-nos examinar, com um fim de avaliação crítica, os resultados experimentais mais frequentemente considerados como favoráveis à hipótese em questão, assim como aqueles que lhe podem ser considerados desfavoráveis. Concluiremos este trabalho por uma tentativa de reformulação do problema levantado pela relação entre frustração e agressão.

2. A HIPÓTESE DE FRUSTRAÇÃO-AGRESSÃO

Para os autores de *Frustration and Aggression*, uma frustração é todo o acontecimento que se traduz por um obstáculo posto à acção

* O autor agradece a Teresa Reis Ferreira, que realizou a tradução deste artigo do francês, a qual foi revista pelo autor. Jorge Vala teve a amabilidade de comentar uma primeira versão do manuscrito. Os pedidos de separatas devem ser endereçados ao autor, Laboratoire de Psychologie Sociale de l'Université Paris 7, 18 Rue de la Sorbonne, 75006 Paris, France.

** Psicólogo Social, investigador no Laboratoire de Psychologie Sociale de l'Université Paris 7, associado ao Centre National de la Recherche Scientifique.

de um agente ao tentar este um determinado fim. Essa acção tanto pode ter por objectivo evitar ou fugir a uma situação tida por indesejável, como pode constituir uma tentativa para realizar um fim desejado pelo agente. Segundo os mesmos autores, o estado de frustração de um indivíduo, determina-se a partir dos valores de dois parâmetros externos: o número e a importância dos obstáculos que defronta o agente, e o valor de um parâmetro interno: o desejo do indivíduo de atingir o fim que se propõe realizar. Este último é também considerado como sendo directamente observável, a partir da análise da acção do agente.

O estado de frustração assim definido determina, pois, segundo Dollard *et al.*, a intensidade da tendência do indivíduo para cometer actos agressivos. Esta tendência será tanto mais forte quanto desejos mais intensos do indivíduo tenham sofrido previamente frustrações mais numerosas e mais completas. A fim de que a tendência do indivíduo para cometer actos agressivos se traduza em agressões de facto, é necessário, segundo Dollard *et al.*, que esta tendência seja mais forte que a tendência para efectuar reacções incompatíveis como uma conduta agressiva, as quais podem ser eventualmente despertadas no indivíduo por elementos ligados à sua experiência passada, presentes na situação de frustração.

Os autores de *Frustration and Aggression* consideram como constituindo uma agressão qualquer forma de procedimento cujo fim seja prejudicar um outro indivíduo. Ainda que esta noção levante questões que exigiriam um exame mais aprofundado, contentar-nos-emos aqui com algumas observações sumárias, indispensáveis a uma boa compreensão do problema que nos propomos abordar¹.

Ao definir a noção de conduta agressiva a partir do objectivo visado pelo agente, Dollard

et al., assumem uma posição segundo a qual o comportamento agressivo não é uma realidade imediata e directamente observável, mas constitui antes uma inferência da parte do observador. Para que diferentes observadores possam fazer observações concordantes, partindo cada um de uma definição deste tipo, torna-se necessário formular explicitamente as regras sobre as quais esses observadores devem basear a atribuição de um carácter agressivo a um dado acto. A definição de conduta agressiva proposta por Dollard *et al.*, repousa sobre a identificação de duas características do comportamento do agente: as consequências danosas da sua acção, por um lado, o desejo de infligir o dano que a acção considerada pode eventualmente acarretar para um outro indivíduo, por outro lado.

A identificação da primeira dessas características num determinado acto, não levanta, na prática, dificuldades de maior. Por esta razão, Buss (1961) propôs uma noção puramente descritiva da conduta agressiva, segundo a qual constituem agressões, todos os comportamentos que acarretam um dano para outrem. No entanto, esta posição, abarcando actos causalmente heterógenos, veio a revelar-se insuficientemente discriminativa, gerando assim contradições e o seu autor veio, por isso, a abandoná-la (Buss, 1971).

Se o carácter danoso de um acto pode ser determinado com relativa facilidade, o mesmo já não acontece com o facto de se estabelecer que o prejuízo que decorre de um dado procedimento constitui o fim tido em vista pelo agente. No entanto, inferir o fim visado pelo autor do acto danoso, constitui o passo fundamental na aplicação concreta da concepção teórica de Dollard *et al.* Da má compreensão deste aspecto dessa teoria, excessivamente frequente por parte dos autores de tentativas de verificação experimental da hipótese de frustração-agressão, resultam muitas das dificuldades que encontraremos mais adiante, ao examinarmos os dados experimentais relativos a essa hipótese, até aqui obtidos.

¹ Debateremos esta questão, do ponto de vista da relação entre a formulação teórica e a prática metodológica num trabalho anterior (Da Gloria & De Ridder, 1977). O problema da relação entre a noção científica do comportamento agressivo e as concepções linguísticas naturais foi também abordado num outro trabalho (Da Gloria e Duda, 1979).

Os autores de *Frustration and Aggression* identificam a finalidade de um acto com o seu fim: a finalidade de um acto é o acontecimento decorrente da acção do agente com o qual se termina a actividade deste. Neste contexto, uma agressão é o resultado de uma dada actividade de um agente, a qual prossegue até se ter traduzido num prejuízo infligido a outrem, cessando logo que tal resultado é atingido. Assim definida, a conduta agressiva consiste em actos cujas consequências prejudiciais para a vítima constituem uma condição necessária, mas não suficiente, da sua execução pelo agente. As formas de agressão ditas por vezes «instrumentais», cujo acontecimento terminal é a realização de um objectivo distinto do prejuízo causado à vítima, não constituem condutas agressivas no sentido que Dollard *et al.* dão a este termo, salvo nos casos em que o objectivo visado pelo agressor, cuja realização acarreta o prejuízo sofrido pela vítima, não é, por si próprio, uma condição necessária da actividade do agente.

A fim de determinar se o prejuízo que determinado acto acarreta constitui ou não uma agressão no sentido já indicado, torna-se pois necessário descobrir se o prejuízo em questão é ou não o acontecimento terminal da actividade do agente. Esta exigência pode ser aproximadamente satisfeita demonstrando, a propósito de um determinado acto prejudicial que se pretende considerar uma agressão, que a sequência comportamental da qual o acto em questão é um dos passos, não desemboca em outros acontecimentos terminais, constituindo estes, na sua totalidade, o conjunto das explicações plausíveis da sequência comportamental em questão. Este objectivo pode ser experimentalmente realizado comparando, por exemplo, a probabilidade da execução de uma dada resposta, a qual não se traduz em consequências prejudiciais para outrem, com a probabilidade da execução de uma outra resposta, a qual tendo exactamente as mesmas consequências para o agente que a primeira, acarreta no entanto, para além dessas consequências, um prejuízo para outrem.

A noção de frustração exposta em *Frustration and Aggression* exige também alguns esclarecimentos preliminares. Importa sublinhar, em primeiro lugar, que no quadro desta teoria o termo frustração aplica-se tanto a um determinado tipo de acontecimento como ao estado específico dos indivíduos afectados por esse tipo de acontecimento. Este estado é descrito por Dollard *et al.* de modo estritamente quantitativo, não incluindo a teoria proposta por estes autores distinções entre diferentes categorias de frustrações: que o obstáculo que contraria o agente lhe pareça provir da acção de um outro, de factores localizados no meio físico, ou, ainda, seja o resultado da incapacidade do próprio agente, o efeito predito pela hipótese de frustração-agressão será sempre idêntico, na medida em que as diferentes tendências de reacção forem de idêntica intensidade e sejam contrariadas num mesmo grau. Em segundo lugar, convém notar que, segundo a hipótese de frustração-agressão, os efeitos das frustrações são cumulativos. O estado de frustração do indivíduo num determinado momento depende, com efeito, do número das sequências comportamentais que sofreram impedimentos até esse momento. *Frustration and Aggression* não especifica, neste caso, parâmetros temporais explícitos, deduzindo-se, pois, que o efeito das frustrações se acumula até que o indivíduo que sofre essa frustração tenha cometido uma agressão com sucesso.

3. DIFICULDADES DA TRADUÇÃO EXPERIMENTAL DA HIPÓTESE DE FRUSTRAÇÃO-AGRESSÃO

As nossas considerações preliminares apontam para as duas principais dificuldades com que os investigadores se deparam ao tentar realizar experimentalmente equivalentes das noções propostas por Dollard *et al.* Estas dificuldades situam-se essencialmente ao nível das noções de frustração e de comportamento agressivo.

Vários estudos que tentaram elucidar a relação entre a frustração e o comportamento agressivo levantam problemas insolúveis de inter-

pretação, na medida em que os autores destes estudos confundiram tratamentos experimentais que consistem em contrariar a acção de um agente, com outras operações que podem constituir, para esses agentes, provocações ou agressões da parte de um outro indivíduo.

McClelland e Apicella (1945) obtiveram respostas verbais indicadoras de cólera, tanto mais fortes quanto os sujeitos, tendo fracassado numa tarefa experimental, eram insultados mais fortemente pelo experimentador. Graham, Charwat, Honig e Weltz (1951) apresentaram a um dado número de sujeitos um conjunto de frases para completar, cada uma descrevendo uma agressão dirigida contra um indivíduo. O sujeito devia completar a frase proposta, indicando a sua reacção à agressão descrita, situando-se do ponto de vista da vítima. Tendo sido a intensidade das agressões descritas previamente aferida sobre uma outra população, idêntica à população experimental, estes autores constataam que as respostas dadas pelos sujeitos são tanto mais agressivas quanto a agressão descrita na frase proposta foi cotada como sendo mais intensa pela população de referência. Num estudo realizado por Mallik e McCandless (1966), as crianças do grupo controlo terminam uma tarefa de construção com blocos, enquanto no grupo vítima de frustração uma outra criança, cúmplice do experimentador, destrói as construções dos sujeitos «desatenta e desajeitadamente», pontuando a sua actuação com um conjunto de «seis comentários sarcásticos predeterminados».

Nenhum destes estudos pode constituir uma prova de uma relação entre frustração e agressão. O tratamento experimental ao qual reagem os sujeitos comporta, em todos os casos considerados, uma agressão dirigida contra uma vítima, a qual, em alguns casos, é, ao mesmo tempo, objecto de operações que contrariam a sua acção.

Esta confusão é, em geral, evitada pelos autores de estudos realizados mais recentemente. No entanto, uma parte importante desses estudos suscita objecções análogas no que respeita à interpretação das respostas observadas enquanto comportamentos agressivos.

Sears e Sears (1940) observaram que o tempo de latência do choro de crianças às quais se retirou o biberão após o consumo de uma certa quantidade de leite, é tanto mais curto quanto menos leite a criança já consumiu. Hanner e Brown (1955) fazem executar a algumas crianças uma tarefa que consiste em construir um *puzzle*. O sujeito efectua a construção sobre um suporte móvel, o que torna possível ao experimentador fazer desaparecer da vista do sujeito as peças, após este ter conseguido juntar uma certa parte do número total de peças. Ao mesmo tempo que desaparecem as peças do *puzzle*, toca uma sirene, que o sujeito deve interromper carregando numa alavanca. Estes autores constataam que a pressão com a qual os sujeitos carregam na alavanca é tanto maior quanto o ponto em que a tarefa foi interrompida se situa mais perto da conclusão do *puzzle*. Qualquer destes dois estudos sofre de um mesmo defeito: ainda que a variável independente seja uma frustração no sentido já definido, as respostas dos sujeitos observadas nestas experiências não têm por fim prejudicar outrem, não constituindo, por conseguinte, agressões no sentido de Dollard *et al.*

Por razões diferentes, também não é válido um trabalho experimental frequentemente considerado como uma prova da hipótese de frustração-agressão, realizado por Burnstein e Worchel (1962). Estes autores criaram duas situações de frustração, introduzindo um cúmplice em dois grupos de sujeitos ingénuos que devem participar em discussões de grupo. Num destes grupos, o cúmplice do experimentador não pára de pedir esclarecimentos e de levantar objecções sem fundamento; no outro grupo, o comportamento do cúmplice é mais ou menos idêntico, mas este apresenta-se com um aparelho auditivo manifestamente avariado. Nestes dois grupos, os sujeitos não conseguem chegar a uma decisão unânime no período de tempo imposto pelo experimentador. No grupo controlo, o cúmplice não perturba a discussão e os sujeitos chegam a uma decisão unânime no tempo imposto. A medida do comportamento agressivo registada nesta experiência é o número

de sujeitos que, em cada grupo, declara não desejar ter por parceiro numa nova discussão de grupo o indivíduo cúmplice do experimentador. Num caso, esta resposta é dada em público, no outro caso é dada em particular. Neste último caso, indica-se a metade dos sujeitos que a exclusão de um membro do grupo não acarreta consequências negativas para aquele que é excluído, enquanto se informa a outra metade dos sujeitos que um membro excluído de um grupo receberá, por essa razão, uma má nota numa cadeira de relações humanas.

Os resultados obtidos por estes autores são apresentados no quadro I.

QUADRO I

VOTOS DE EXCLUSÃO DO CÚMPLICE DO EXPERIMENTADOR NAS DIFERENTES CONDIÇÕES EXPERIMENTAIS (BURNSTEIN E WORCHEL, 1962).

| Resposta: | Particular | | Pública | | | |
|----------------|------------|-----|-----------|-----|-----|----|
| Consequências: | neutras | | negativas | | | |
| Controlo | (0) | 0 * | (0) | 0 | (0) | 0 |
| Deficiente | (5) | 50 | (3) | 27 | (0) | 0 |
| Não deficiente | (9) | 100 | (11) | 100 | (4) | 29 |

* Dados em percentagem, efectivos entre parênteses

A experiência descrita não constitui uma prova válida da hipótese de frustração-agressão. A variável dependente estudada, a exclusão de um membro do grupo tendo em vista uma nova discussão, é um acto a propósito do qual se não pode afirmar que, no caso em que acarreta um prejuízo para aquele que é excluído, foi praticado *porque* inflige esse prejuízo ou que foi praticado *apesar* de infligir esse prejuízo. Para que tal afirmação fosse fundamentada, e desse modo demonstrado o carácter agressivo da resposta recolhida, seria necessário que a exclusão do cúmplice fosse mais frequente nos grupos em que acarreta consequências negativas para este, que naqueles grupos em que se traduz por consequências neutras.

Tudo parece indicar que, dada a natureza da tarefa proposta aos sujeitos, estes tentaram meramente evitar participar de novo numa dis-

cussão com um indivíduo incapaz de ouvi-los ou de compreendê-los, não ousando, no entanto, manifestar esses sentimentos em público, sobretudo em relação àquele que se apresenta como deficiente.

Dificuldades análogas de interpretação surgem a propósito das experiências realizadas pelo método proposto por Buss (1961), que analisaremos mais detalhadamente, dado o seu uso extremamente frequente.

Este autor (Buss, 1963) faz executar a quatro grupos de sujeitos uma tarefa que consiste em ensinar associações entre pares de estímulos a um indivíduo cúmplice do experimentador. Para executar esta tarefa, o sujeito deve aplicar um choque eléctrico ao cúmplice, de cada vez que este comete um erro. A intensidade dos choques aplicados é escolhida pelo sujeito. Buss criou quatro condições correspondentes a diferentes intensidades de frustração: no grupo controlo, o cúmplice conclui a aprendizagem dentro do limite de tempo previsto pelo experimentador; nos três grupos restantes, o cúmplice leva mais tempo que o previsto para terminar a aprendizagem. Aos sujeitos de cada um destes grupos, o experimentador prometeu uma recompensa diferente pela conclusão da aprendizagem: uma simples avaliação favorável das capacidades pedagógicas do sujeito, num caso, uma recompensa em dinheiro, no segundo caso, e uma nota contando para o sucesso universitário, no último caso. A análise dos resultados revela uma diferença entre os grupos experimentais e o grupo controlo, no que respeita aos sujeitos do sexo feminino, não revelando porém diferença alguma entre os três grupos experimentais. Nos sujeitos do sexo masculino, para além da diferença significativa entre o grupo controlo e os grupos experimentais, constata-se que a recompensa monetária prometida levou à aplicação de choques de maior intensidade.

Estes resultados parecem, à primeira vista, parcialmente concordantes com a hipótese frustração-agressão. Na condição experimental em que a acção do sujeito não encontra qualquer obstáculo, o seu comportamento parece ser

menos agressivo que nas situações em que o sujeito fracassa na execução da tarefa.

Contudo, a diferença que se manifesta entre o grupo controlo e os grupos experimentais não implica de modo algum a confirmação da hipótese de frustração-agressão. Uma interpretação dos resultados obtidos, mais plausível, é que os sujeitos dos grupos experimentais tenham infligido choques mais intensos, simplesmente porque esperavam acelerar deste modo a aprendizagem das associações pelo cúmplice. Com efeito, contata-se em experiências deste tipo, incluindo naquela que estamos a examinar, que os sujeitos começam pela aplicação dos choques de menor intensidade. Ora, no grupo controlo, em que o cúmplice dá a impressão de aprender, a acção do sujeito não lhe parece, por esta razão, votada ao malogro, e este não tem, portanto, qualquer razão para aumentar ou diminuir a intensidade dos choques que vai infligindo ao cúmplice. O mesmo não sucede, porém, nos grupos experimentais, em que o comportamento do cúmplice, parecendo não conseguir aprender as associações, obriga o sujeito a modificar o seu comportamento. Pode supor-se, neste caso, que poucos ou nenhuns sujeitos pensarão de imediato que choques ainda mais fortes teriam um efeito favorável sobre a aprendizagem por parte do cúmplice. Pode, pois, esperar-se, por conseguinte, um aumento da intensidade dos choques aplicados, devido, não a um qualquer estado de frustração do sujeito, mas correspondendo sim a um comportamento cujo objectivo é o de acelerar a aprendizagem por parte do cúmplice. Esta interpretação parece tanto mais justificada quanto se sabe que os indivíduos do sexo masculino têm maior propensão que os do sexo feminino para recorrer a comportamentos danosos para outrem, quando esses comportamentos permitem obter resultados que são recompensados monetariamente (Buss, 1971), acontecimentos que, ambos, se registam precisamente na experiência que estamos a examinar.

O aumento da intensidade dos choques pode, pois, não constituir uma conduta agressiva, no sentido de Dollard *et al.*, porque o fim do

sujeito é promover a aprendizagem, não sendo o dano causado ao cúmplice, neste caso, mais que uma consequência necessária do fim e dos meios impostos pelo experimentador. Mas o comportamento considerado também não constitui uma agressão no sentido que dá a esse termo o próprio Buss, para o qual as medidas pedagógicas punitivas não constituem agressões, senão quando o sofrimento da vítima do castigo constitui uma satisfação para o autor (Buss, 1961), o que não é, sem dúvida, o caso nas condições experimentais que estamos a considerar.

Uma outra experiência realizada pelo mesmo autor (Buss, 1966) permite por à prova a interpretação do papel dos choques que acabamos de esboçar. Nesta nova experiência, na qual o autor não inclui o grupo ao qual se promete uma recompensa monetária, dois grupos de indivíduos recebem instruções diferentes no que respeita ao efeito dos choques sobre a aprendizagem: enquanto as instruções dadas a um dos grupos nada dizem quanto a esse efeito, o experimentador afirma aos sujeitos do outro grupo que a aprendizagem do cúmplice será tanto mais rápida quanto mais intensos os choques aplicados.

Sendo correcta a interpretação que acabámos de esboçar do papel desempenhado pelos choques na primeira experiência de Buss, as instruções fornecidas a metade dos sujeitos indicando-lhes que o meio de obter uma aprendizagem mais rápida consiste em aumentar a intensidade dos choques aplicados, devem levar esses sujeitos a aplicar ao cúmplice choques mais intensos que os aplicados pela outra metade dos sujeitos. Não existindo, para além destas instruções, qualquer diferença entre o grupo controlo e os grupos experimentais no que respeita ao desejo de ensinar as associações, as instruções fornecidas devem conduzir os sujeitos, quer se trate dos sujeitos do grupo controlo quer de sujeitos dos grupos experimentais. Deste modo, a diferença entre o grupo controlo e os grupos experimentais será atenuada, por se não manifestar em metade dos grupos estudados. A outra metade dos sujeitos, não tendo essas

instruções, só aumentará a intensidade dos choques que aplica nos grupos experimentais, os únicos em que o cúmplice não aprende suficientemente depressa. Deverá, por esta razão, vir a verificar-se uma interacção entre os tratamentos experimentais e as instruções recebidas.

Os resultados desta nova experiência, publicados por Buss, confirmam inteiramente a nossa interpretação. Nesta experiência, este autor não encontra a diferença anteriormente constatada entre o grupo controlo e os grupos experimentais, mas obtém uma diferença significativa entre os dois tipos de instruções fornecidas aos sujeitos. O valor da interacção entre este último factor e os restantes tratamentos experimentais ($F_{2,337} = 2.7$, $p < .10$) tende a confirmar a predição feita a partir da interpretação que propusemos, se bem que seja impossível, dada a apresentação dos dados no artigo original, pôr à prova o contraste a um grau de liberdade correspondente a essa predição.

As experiências realizadas por Buss e por outros autores que utilizaram o paradigma experimental por ele proposto (Buss, 1961), são, pois, inválidas devido à heterogeneidade de significação do comportamento observado nas diferentes modalidades de tratamentos experimentais e no grupo controlo. Numa experiência que analisaremos mais adiante, Rule e Hewitt (1971) chegam ao resultado paradoxal dos sujeitos vítimas de frustração aplicarem choques menos intensos que os sujeitos do grupo controlo. Estes autores explicam eles próprios estes resultados pela ambiguidade da interpretação dos choques, os quais constituem um comportamento manifestamente agressivo sempre que os sujeitos são vítimas de provocações — no caso considerado, insultos — ou um comportamento de fim «pedagógico» — finalidade imposta pelo experimenter — nos outros casos.

Outros trabalhos realizados dentro desta mesma linha, que não analisaremos por não serem directamente pertinentes para um exame das relações entre frustração e agressão (Baron e Eggleston, 1972; Rule e Nesdale, 1974) confirmam plenamente o exame crítico que acabámos de efectuar.

Na medida em que o comportamento estudado nestas experiências não constitui uma tradução experimental válida de uma conduta agressiva, nem no sentido de Dollard *et al.*, nem, de resto, em qualquer sentido explicitamente formulado, os resultados citados não podem validar nem invalidar a hipótese proposta por estes autores, como também não podem fornecer esclarecimentos úteis quanto ao comportamento agressivo em geral. A conclusão que convém tirar deste primeiro conjunto de investigações até aqui analisado, é que nenhum dos estudos examinados põe à prova de forma adequada a hipótese de frustração-agressão. Nos casos em que os sujeitos sofreram frustrações propriamente ditas, as reacções que foram observadas não podem ser tidas por agressões; sempre que os comportamentos observados possuíam indiscutivelmente esse carácter, os sujeitos tinham sido alvo de agressões, ao mesmo tempo que eram submetidos a frustrações.

4. AS REACÇÕES AGRESSIVAS À FRUSTRAÇÃO: DADOS EXPERIMENTAIS

É, no entanto, possível propor resultados obtidos em condições menos criticáveis que os que temos vindo a evocar. Estes trabalhos, que seguidamente analisaremos, chegam todos, sem excepção, a conclusões negativas no que diz respeito à hipótese de frustração-agressão.

Numa experiência realizada com crianças dos dois sexos, de cinco a seis anos de idade, Jegard e Walters (1960) contaram o número de murros dados pelo sujeito a um cão de peluche e a um saco cheio de ar, no qual está pintada uma criança, após o sujeito ter sido submetido a uma frustração forte ou fraca. Estas duas condições são obtidas, privando arbitrariamente a criança de uma recompensa supostamente ganha num jogo. No primeiro caso, é negada a recompensa mais desejada, no segundo caso é negada a recompensa menos desejada. Estes autores não encontram qualquer diferença entre estes dois tratamentos, qualquer que seja o sexo do sujeito

ou o seu grau de culpabilidade relativamente à conduta agressiva.

Uma experiência similar, no que respeita aos métodos utilizados e aos resultados obtidos, foi realizada por Kuhn, Madsen e Becker (1967). Crianças de aproximadamente quatro anos de idade são submetidas a uma frustração, sendo-lhes negada uma guloseima que se lhes prometera. Em seguida, metade dessas crianças assiste a um filme em que vê um adulto dar murros num saco de formas mais ou menos humanas, cheio de ar; a outra metade assiste a um filme neutro. Os resultados mostram que as crianças que viram o filme agressivo dão significativamente mais murros ao saco que as crianças que viram o filme neutro; no entanto, não se constata qualquer diferença entre as crianças que foram submetidas à frustração e as que não foram.

As duas experiências relatadas produzem, pois, dados discordantes dos preditos pela hipótese de frustração-agressão, se aceitarmos a variável dependente estudada — maus tratos infligidos a objectos antropomórficos ou zoomórficos — como uma medida válida de comportamento agressivo.

Em muitos casos, uma tal suposição é justificada, porque os pais e outros adultos reagem habitualmente ao comportamento destruidor da criança dirigido contra objectos inanimados, do mesmo modo que reagem ao comportamento propriamente agressivo da criança. No entanto, todo o comportamento destruidor pode apresentar-se sob uma forma lúdica, mais ou menos pura, e, por esta razão, suscitar de parte dos adultos uma reacção diferente, a qual, por seu turno, poderá levar a que o comportamento da criança não obedeça, nesse caso, às mesmas determinações que se lhe impõem quando se trata de comportamentos agressivos visando pessoas ou animais. Em relação aos resultados obtidos, em que se não constatam diferenças de frequência da resposta destrutiva, não parece que esta última objecção seja de molde a comprometer as conclusões a que chegámos, na medida em que a ambiguidade de interpretação das respostas é um problema importante quando

essas respostas se produzem, mas não o é quando as respostas se não produzem.

Retomando a problemática inaugurada por Buss nos trabalhos já examinados, Gentry (1970a) compara o efeito sobre o comportamento agressivo de sujeitos adultos, de um tratamento consistindo numa frustração no sentido de *Frustration and Agression*, com o efeito de ataques dirigidos contra os sujeitos.

Na experiência realizada por este autor, um grupo de sujeitos fracassa num teste apresentado como sendo uma prova de inteligência, o que constitui a frustração. Os ataques contra os sujeitos consistem em insultos da parte do experimentador, o qual insulta os sujeitos depois de estes terem obtido um sucesso no teste de inteligência, situação de insulto puro, ou depois de terem fracassado nesta prova, situação combinando insulto e frustração. A experiência é apresentada aos sujeitos como tendo por objectivo estudar as reacções fisiológicas ligadas ao julgamento de outras pessoas. Para isso, devem os sujeitos aplicar ao experimentador, cada vez que este comete um erro numa prova de contagem, quer um sinal doloroso (choque eléctrico) quer um sinal neutro (uma luz que se acende), à escolha do sujeito.

Após uma primeira série de provas, durante as quais o experimentador comete 20 erros, o indivíduo deve indicar as suas respostas a algumas pranchas do teste PF de Rosenzweig. Nessa ocasião, o experimentador cria duas condições experimentais distintas: a uma das metades dos sujeitos, manifesta a sua aprovação sempre que o indivíduo reage agressivamente às situações representadas nas pranchas; à outra metade dos sujeitos manifesta a sua aprovação, sempre que o sujeito não reage agressivamente.

Depois de ter criado estas duas condições, o experimentador submete cada terço de ambas as metades dos sujeitos a um dos três tratamentos experimentais já descritos, combinando frustração e insulto. O sujeito participa, em seguida, numa nova fase de ensaios de contagem, durante a qual o experimentador comete de novo 20 erros, que o sujeito deve sancionar

quer com um choque eléctrico quer com um sinal luminoso, à sua escolha.

A variável dependente estudada é a diferença entre a primeira e a segunda fase de contagem, respeitante ao número e à intensidade dos choques aplicados e ao número dos sinais luminosos. A natureza diferencial da variável dependente elimina, neste caso, a possível confusão entre a agressão e um comportamento visando a aprendizagem, na medida em que o aspecto aprendizagem é constante nas duas fases. No que diz respeito ao número de choques aplicados, regista-se uma única diferença significativa, entre os sujeitos insultados e todos os outros. A intensidade dos choques aplicados pelos sujeitos não insultados, e também a intensidade dos choques enviados pelos sujeitos aos quais o experimentador manifestou uma atitude de aprovação da agressão é igualmente superior à intensidade dos choques provenientes dos sujeitos cujas agressões não foram aprovadas pelo experimentador. Em caso algum se revela uma influência da frustração.

As conclusões que se podem extrair de experiências de qualquer tipo são tanto mais generalizáveis quanto as observações a que referem forem obtidas utilizando métodos mais distintos, não podendo neste caso utilizar-se o argumento segundo o qual as diferenças observadas provêm deste ou daquele detalhe do método empregado.

Resultados negativos em relação à hipótese frustração-agressão foram também obtidos por Taylor e Pisano (1971), num estudo em que empregaram uma paradigma experimental muito diferente do utilizado por Gentry (1970a). Taylor e Pisano criam uma situação de competição entre dois sujeitos, cada um dos quais deve tentar responder mais rapidamente que o outro a um sinal do experimentador. Esta prova é tentada repetidamente, devendo os sujeitos escolher, antes de cada tentativa, a intensidade do choque eléctrico que será automaticamente aplicado ao adversário, caso um indivíduo seja o mais lento do par. Na realidade, apenas um indivíduo participa na experiência e, sem este o saber, o experimentador aplica-lhe os

choques segundo um protocolo constante, estabelecido antecipadamente. O comportamento predeterminado do pretense adversário consiste em aumentar regularmente a intensidade dos choques que serão eventualmente aplicados ao sujeito. Após cada tentativa, este é informado da intensidade pretensamente escolhida pelo adversário e, em metade das tentativas, seleccionadas ao acaso, recebe realmente o choque indicado.

Na experiência estuda-se o efeito de dois tipos de frustração: o fracasso na construção de um *puzzle* apresentado ao sujeito como sendo um teste de inteligência, prometendo também o experimentador uma recompensa monetária caso o sujeito consiga completar a *puzzle*, constitui a primeira modalidade de frustração. Um atraso de dez minutos no prosseguimento da experiência, pretensamente devido a dificuldades técnicas, constitui a segunda modalidade de frustração. Nos grupos controlo correspondentes, os sujeitos terminam a construção do *puzzle* e a interrupção no desenrolar da experiência é de um minuto.

A variável dependente estudada é a intensidade dos choques a aplicar ao adversário, escolhida pelo sujeito. Constata-se que a intensidade dos choques escolhidos por estes aumenta na proporção do aumento da intensidade dos choques aparentemente seleccionados pelo adversário, não se registando qualquer diferença entre os grupos controlo e aqueles que foram submetidos a frustrações.

Embora as experiências descritas se não possam considerar como inatacáveis, apontam conjuntamente para uma conclusão cabal: a frustração, entendida no sentido de obstáculo posto à acção dos indivíduos, não suscita nestes uma tendência para agir de modo mais agressivo que indivíduos que não sofreram frustrações. Os resultados obtidos nas experiências que analisámos não parecem poder ser explicados pela presença de factores inibidores nas situações experimentais consideradas. Estes resultados devem, pois, levar-nos a abandonar a hipótese de frustração-agressão tal como ela se encontra formulada na monografia de 1939.

Posto este facto, é no entanto possível pensar que, embora uma frustração não seja por si própria geradora de uma tendência para reagir agressivamente, quando esta tendência for suscitada nos indivíduos por qualquer outra razão, o estado de frustração pode alimentá-la, constituindo, desse modo, um factor indirecto da conduta agressiva. Pode pensar-se, por exemplo, que a irritação ou a cólera que a frustração seria susceptível de despertar na vítima, sob a acção de estímulos apropriados, que restaria identificar, poderiam suscitar condutas agressivas.

A partir desta ideia abrem-se duas vias de exploração experimental: a primeira conduz a tentar identificar as propriedades específicas dos estímulos capazes de suscitar uma reacção agressiva nas vítimas de frustrações; a segunda, a tentar avaliar os efeitos fisiológicos das frustrações, considerados pelos autores desses trabalhos como constituindo indicadores de irritação ou cólera.

A revisão da posição inicial de Dollard *et al.* proposta por Berkowitz a partir de 1962 (Berkowitz, 1962) marca a primeira destas duas orientações. Após termos examinado os resultados experimentais pertinentes para a sua avaliação, analisaremos os dados disponíveis relativos aos efeitos fisiológicos das frustrações.

5. OS ESTÍMULOS DA CONDUTA AGRESSIVA

Os autores de *Frustration and Aggression* limitam-se a afirmar que o estado de frustração induz nos indivíduos uma tendência para agir agressivamente, sem propor para além disso qualquer análise dos mecanismos explicativos de tal tendência. Dada a filiação explícita destas posições nas ideias expostas por Freud (1914), parece provável que Dollard *et al.* tivessem em mente um modelo análogo ao que mais tarde será proposto por Lorenz (1950) através de uma analogia hidráulica célebre².

Ao juntar à frustração, como condição suplementar do desencadeamento da conduta agressiva, a presença de determinados tipos de estí-

mulos, Berkowitz (1962) fornece implicitamente uma resposta à questão deixada em aberto pelos autores de *Frustration and Aggression*: uma frustração só suscita um comportamento agressivo caso a vítima se encontre, ao mesmo tempo, em presença de estímulos que tenham sido previamente associados a reacções agressivas. Do mesmo modo, estímulos presentes no contexto em que é sofrida a frustração podem despertar no sujeito tendências para efectuar outras reacções, incompatíveis com uma conduta agressiva, e levar assim à supressão desta última.

Se bem que possa citar-se um grande número de trabalhos empíricos cujo objectivo é o de esclarecer o papel dos estímulos ligados a reacções agressivas no desencadeamento da conduta agressiva, a maior parte destes trabalhos não diz respeito ao comportamento agressivo no seguimento de uma frustração infligida ao sujeito, mas sim ao comportamento deste último quando reage a um ataque dirigido contra ele. Por esta razão, não examinaremos neste trabalho os resultados desses estudos. Podem, no entanto, citar-se duas experiências, nas quais é explicitamente encarado o papel dos estímulos associados à agressão na conduta posterior a uma frustração.

No primeiro desses trabalhos, Geen e Berkowitz (1967) observam, paralelamente a um grupo controlo, o comportamento dos sujeitos de dois grupos experimentais: no grupo que sofre uma frustração, os sujeitos não conseguem completar um *puzzle*, que um outro sujeito, cúmplice do experimentador, consegue montar na presença destes; no grupo em que os sujeitos são vítimas de agressão, o cúmplice do experimentador, após ter terminado a prova em

² Não parece possível compreender a hipótese Frustração-Agressão, sem referência à noção de reforço por redução pulsional (*drive reduction*), mais tarde elaborada e defendida por Miller. Se bem que a filiação histórica na obra freudiana indicada seja a mais evidente, a hipótese de Frustração-Agressão só se torna perfeitamente inteligível, em relação com o princípio de inércia, exposto por Freud (1895), o qual constitui a resposta implícita à questão da origem do comportamento agressivo, voluntariamente ignorada pelos autores de *Frustration and Aggression*.

que o sujeito fracassou, emite comentários depreciativos sobre este último. No grupo controlo, os sujeitos terminam o *puzzle* sem serem insultados pelo cúmplice do experimentador. Uma vez criadas estas três condições, metade dos sujeitos de cada grupo vê um filme de um combate de boxe e a outra metade um filme de uma corrida a pé. O actor do filme de boxe é Kirk Douglas. Enquanto o cúmplice do experimentador é apresentado a metade dos sujeitos de cada condição experimental sob o nome de Kirk Anderson, para a outra metade dos sujeitos, o seu nome é Bob Anderson. Imediatamente após o filme, os sujeitos respondem a um questionário relativo à sua disposição, fazendo-os em seguida, o experimentador, participar com o cúmplice, numa tarefa de aprendizagem. O cúmplice deve aprender associações entre pares de estímulos, tendo o sujeito de sancionar com choques eléctricos aplicados ao cúmplice os erros cometidos por este durante a aprendizagem. A intensidade dos choques aplicados constitui a medida do comportamento agressivo.

A análise estatística dos resultados desta experiência e a sua interpretação pelos autores, levantam dificuldades: a comparação de médias, duas a duas, a fim de localizar a fonte de uma interacção, conduz frequentemente a resultados pouco seguros; por outro lado, o método empregue pelos autores para efectuar estas comparações (Duncan, 1955) é discutível (Scheffe, 1959). Uma tentativa da nossa parte para proceder a uma nova análise dos resultados veio revelar, para além das dificuldades menores já referidas, erros materiais na apresentação dos dados, de natureza a retirar a estes qualquer espécie de validade. Com efeito, as somas de quadrados correspondentes aos efeitos dos diferentes factores, calculadas a partir das médias publicadas pelos autores, não coincidem com as somas de quadrados correspondentes, mencionados no texto e nos quadros publicados. Assim, por exemplo, o efeito das três condições: agressão, frustração e controlo, avaliado a partir das médias publicadas, traduz-se por uma soma de quadrados de 69.17, enquanto a análise de variância publicada no mesmo artigo avalia

este efeito em 87.32. Encontram-se divergências idênticas para outros efeitos, tais como o dos filmes, em que as médias conduzem a uma soma de quadrados de 13.42 contra 19.97 encontrada por Geen e Berkowitz, ou o efeito dos nomes supostos do cúmplice, para o qual estes autores encontram uma soma de quadrados de 2.78, em vez dos 6.53 que revelam os dados por eles publicados. Deve, pois, concluir-se que as provas estatísticas publicadas e interpretadas pelos autores incidiram sobre um conjunto de dados diferentes daqueles que estão publicados no artigo que examinámos. Por conseguinte, este trabalho não deve ser tido em conta na avaliação de hipótese frustração-agressão.

Esta experiência foi replicada, de forma mais completa e por um dos seus autores (Geen, 1968). Nesta nova experiência, Geen utiliza um paradigma muito similar ao empregado na experiência previamente descrita.

Durante uma primeira fase de aprendizagem, cada sujeito deve sancionar as respostas fornecidas por um cúmplice do experimentador durante uma prova de associações entre pares de estímulos: deve punir os erros feitos pelo cúmplice aplicando-lhe um choque eléctrico, de intensidade constante não comandada pelo sujeito, e deve recompensar as respostas correctas fornecidas pelo cúmplice, accionando um sinal luminoso colocado perto deste último. Cometendo o cúmplice do experimentador 20 erros no decorrer da prova, o sujeito é levado a aplicar-lhe outros tantos choques. O experimentador exprime verbalmente a sua aprovação desta conduta a uma metade dos sujeitos, em 15 das 20 vezes que o sujeito aplica um choque, não fazendo qualquer comentário para a outra metade dos sujeitos.

Na fase seguinte, os sujeitos são submetidos a um dos tratamentos seguintes: insulto por parte do cúmplice do experimentador, frustração devida à acção deste, frustração devida à tarefa, situação controlo, na qual os sujeitos não são insultados nem sofrem qualquer frustração. Na situação de insulto, o cúmplice do experimentador faz comentários insultuosos para o sujeito, após ter terminado com sucesso

a montagem de um *puzzle* apresentado como sendo um teste de inteligência, no qual o sujeito fracassa previamente. Na situação de frustração devida à acção do cúmplice, este impede os sujeitos de completar o *puzzle*, sem no entanto dar mostras de hostilidade; na situação de frustração devida à tarefa, o cúmplice não intervém, não conseguindo, no entanto, o sujeito completar o *puzzle*, o qual não tem solução. Também na situação controlo o cúmplice se abstém de intervir, conseguindo ainda o sujeito completar o *puzzle*. Após estes tratamentos, todos os sujeitos respondem a um questionário respeitante à disposição deles nesse momento e vêem, de seguida, um filme de um combate de boxe.

A última fase da experiência comporta 30 tentativas de aprendizagem de associações por parte do cúmplice, durante as quais o sujeito deve punir os 16 erros cometidos por aquele, aplicando-lhe choques eléctricos, cuja intensidade é deixada ao arbítrio do sujeito. A intensidade escolhida constitui a medida do carácter agressivo da reacção dos sujeitos aos tratamentos experimentais.

Os resultados obtidos evidenciam efeitos da aprovação pelo examinador dos choques na primeira fase, dos tratamentos, da sequência das tentativas e uma interacção significativa destes três factores. Esta última constatação torna dificilmente interpretáveis estes resultados, exigindo uma análise dos efeitos simples

dos tratamentos através dos blocos de tentativas, separadamente para cada uma das duas condições de aprovação por parte do experimentador.

Uma primeira análise dos efeitos simples revela que todos os tratamentos experimentais produzem diferenças estatisticamente significativas. A análise destes efeitos foi realizada pelo processo de Newman-Keuls, em vez do processo de Duncan, empregado por Geen. As conclusões desta análise, bem como os dados originais, figuram no quadro II.

Nos sujeitos aos quais o experimentador manifestou aprovação da emissão de choques durante a primeira fase, a situação de frustração devida à tarefa diferencia-se da situação controlo a partir do segundo bloco de tentativas. Para a outra metade dos sujeitos, estas duas condições só manifestam diferenças significativas durante o último bloco de tentativas.

A situação de frustração imputável ao cúmplice do experimentador difere da situação controlo desde o primeiro bloco de tentativas, no caso de sujeitos que receberam aprovação da parte deste, e a partir do segundo bloco de tentativas, no caso dos restantes sujeitos.

Os sujeitos insultados são, em ambas as situações de aprovação por parte do experimentador, mais agressivos que os do grupo controlo, a partir do primeiro bloco de tentativas.

O autor considera os resultados por ele obtidos como sendo parcialmente favoráveis à hipó-

QUADRO II

INTENSIDADE MÉDIA DOS CHOQUES ESCOLHIDOS PELOS SUJEITOS EM CADA CONDIÇÃO EXPERIMENTAL, SEGUNDO GEEN (1968). NO INTERIOR DE CADA COLUNA, AS MÉDIAS QUE NÃO TÊM UM ÍNDICE COMUM SÃO DIFERENTES PELA PROVA DE NEWMAN-KEULS, COM UMA PROBABILIDADE > .95.

| | Aprovação do experimentador blocos de 4 tentativas | | | | Não aprovação do experimentador blocos de 4 tentativas | | | |
|-------------------------------|---|-------------------|-------------------|-------------------|---|--------------------|-------------------|-------------------|
| | I | II | III | IV | I | II | III | IV |
| Controlo | 2.00 ^a | 2.13 ^a | 2.42 ^a | 2.40 ^a | 1.57 ^a | 2.12 ^a | 2.33 ^a | 1.98 ^a |
| Frustração devida à tarefa | 2.65 ^a | 4.58 ^b | 4.73 ^b | 4.92 ^b | 2.02 ^a | 3.17 ^{ab} | 2.98 ^a | 4.22 ^b |
| Frustração devida ao cúmplice | 3.75 ^b | 4.82 ^b | 4.32 ^b | 5.43 ^b | 2.83 ^{ab} | 3.68 ^b | 4.47 ^b | 4.68 ^b |
| Insulto | 3.85 ^b | 5.87 ^b | 6.27 ^c | 6.95 ^c | 3.58 ^b | 3.82 ^b | 4.48 ^b | 5.13 ^b |

No interior de cada coluna, as médias que não têm um índice comum são diferentes, pela prova de Newman-Keuls, com uma Probabilidade > .95.

tese frustração-agressão. No entanto, uma interpretação dos choques aplicados ao cúmplice pelos sujeitos em algumas das condições experimentais, como constituindo não um comportamento agressivo, mas sim tentativas de promover a aprendizagem pelo cúmplice, parece corresponder melhor aos resultados obtidos.

Um exame atento dos dados obtidos revela, com efeito, vários factos incompatíveis com a interpretação do comportamento dos sujeitos não insultados enquanto manifestação de uma conduta agressiva. Assim, enquanto o comportamento dos sujeitos insultados se diferencia, em todos os casos, do grupo controlo desde o primeiro bloco de ensaios, o dos sujeitos vítimas de frustração devido à tarefa só se diferencia do grupo controlo a partir do segundo bloco de tentativas, num caso, e do quarto bloco, no outro caso. Também o comportamento dos sujeitos vítimas de frustração devida à acção do cúmplice, só vem a diferenciar-se do grupo controlo correspondente a partir do segundo bloco de tentativas, no caso dos sujeitos a quem o experimentador não manifestou aprovação do envio de choques na primeira fase experimental.

Não pode explicar-se esta diferença de comportamento entre os sujeitos vítimas de agressão e aqueles que são vítimas de frustração, argumentando que estes últimos manifestam uma maior inibição do comportamento agressivo ou uma tendência mais fraca para reagir agressivamente. Com efeito, seria, então, necessário encontrar uma explicação para a diminuição da inibição ou para o aumento da tendência a reagir agressivamente durante as tentativas posteriores, capaz de dar conta do aumento da intensidade dos choques aplicados pelos sujeitos vítimas de frustrações, os quais chegam, no decorrer da experiência, a igualar neste aspecto os sujeitos vítimas de insultos.

Não parece plausível poder encontrar-se uma tal explicação a partir das condições experimentais criadas nos grupos estudados, as quais são constantes durante todo o período em que se observam os choques. Este último facto levanta, aliás, uma dificuldade suplementar para a interpretação dos resultados proposta por Geen:

como é possível explicar o aumento da intensidade dos choques no decorrer da experiência, bem como num caso, a sua diminuição, baseando essa explicação nos efeitos de tratamentos experimentais aplicados uma única vez, antes de os sujeitos terem a oportunidade de emitir choques, não sofrendo aqueles, a partir desse momento, provocações suplementares?

Todas estas dificuldades se resolvem, partindo do princípio de que, tal como noutras experiências que já examinámos, em que foram empregados dispositivos experimentais análogos ao utilizado por Geen, a aplicação de choques pelos sujeitos constitui, em certos casos, uma conduta agressiva, cujo fim é infligir um dano à vítima, e noutros casos, provém do desejo do sujeito de realizar o fim imposto pelo experimentador ao criar uma situação de aprendizagem.

Por imposição do experimentador, durante a fase inicial de aprendizagem, o sujeito pune os erros cometidos pelo cúmplice com um choque eléctrico, enquanto assinala as respostas correctas com um sinal não doloroso. Esta situação tende a induzir nos sujeitos a impressão de que, para obter sucesso no ensino das associações, a reacção adequada aos erros cometidos pelo cúmplice consiste na emissão de um estímulo doloroso de preferência a um estímulo neutro, impressão que vem reforçar mais ainda a aprovação pelo experimentador do envio dos choques. Deste modo, o experimentador ensina de facto aos sujeitos, por dedução, que, a fim de obter sucesso na aprendizagem, um choque mais doloroso é mais eficaz que um choque menos doloroso. São assim geradas as condições para que todos os sujeitos, e em especial aqueles a quem o experimentador exprimiu a aprovação do envio de choques, manifestem por um aumento da intensidade dos choques, tanto o desejo de ensinar o cúmplice como o desejo de prejudicá-lo.

A situação experimental a que Geen chama frustração devida à tarefa apresenta características susceptíveis de criar, nos sujeitos submetidos a esse tratamento, uma tendência para obter a aprendizagem por parte do cúmplice, mais

forte que a suscitada nas restantes situações experimentais. Supondo que os sujeitos nesta situação não descubrem que o *puzzle* que lhes é proposto não pode ser completado, suposição que certas observações do autor parecem confirmar, o fracasso nesta prova não é, do ponto de vista dos agentes, uma frustração devida à tarefa, mas constitui antes uma frustração devida às aptidões limitadas do agentes. Nesta situação, os sujeitos que não logram completar a prova de inteligência sentem-se inferiorizados aos olhos do experimentador, o que não acontece com a situação de frustração devida à acção do cúmplice, em que o sujeito atribui a sua falta de êxito ao procedimento deste. Parece, pois, legítimo admitir que, na situação de frustração devida à tarefa, independentemente de qualquer tendência para reagir agressivamente que esta possa despertar nos sujeitos, suscita-se uma forte tendência para executar qualquer reacção susceptível de restaurar a boa imagem destes aos olhos do experimentador, e o único comportamento que, para os sujeitos, pode chegar a esse resultado consiste em obter êxito na tarefa de aprendizagem. Deste modo, a situação de frustração devida à tarefa leva os sujeitos a tentar atingir um objectivo não agressivo que, sobretudo no caso dos sujeitos cuja emissão prévia de choques foi explicitamente aprovada pelo experimentador, se traduz por um comportamento exteriormente idêntico ao dos sujeitos em quem foi despertada uma tendência para reagir agressivamente.

Os dois grupos controlo introduzidos por Geen no seu plano experimental não permitem identificar o que, no envió de choques por um sujeito, corresponde a uma tentativa de ensino e o que corresponde a uma conduta agressiva.

No entanto, é possível, em certos casos, separar aproximadamente estes dois efeitos: sendo a conduta agressiva uma reacção a um acontecimento anterior, o seu efeito deve manifestar-se imediatamente, a partir do momento em que o sujeito tem uma oportunidade de agredir; ao contrário, o aumento da intensidade dos choques com um fim de ensino, só deve verificar-se após o sujeito ter constatado que os cho-

ques mais fracos não se traduzem por uma aprendizagem suficiente da parte do cúmplice, o que não poderá acontecer antes de este ter cometido alguns erros. Dada a diferença de crenças relativas aos choques como meio de ensino, criadas pela aprovação do experimentador, pode esperar-se, da parte dos sujeitos aos quais os choques foram apresentados como sendo meios de ensino eficazes, um aumento da intensidade dos choques aplicados a partir do momento em que o cúmplice comete os primeiros erros, efeito que deve manter-se enquanto durar esta situação. Ao contrário, pode prever-se, da parte dos sujeitos cuja crença na eficácia dos choques é apenas parcial, por não ter sido reforçada pela aprovação explícita do experimentador, uma tentativa para encontrar uma intensidade eficaz de choque, a qual, a partir do momento em que o cúmplice começa a cometer erros, deve traduzir-se por variações desta para mais e para menos, em torno de uma tendência global ascendente.

Podemos assim esperar, da parte dos sujeitos para os quais os choques parecem constituir um meio de ensino eficaz, choques de intensidade idêntica a partir do segundo bloco de tentativas, nas duas modalidades de frustração estudadas. Tratando-se dos sujeitos vítimas de frustração devida à natureza do *puzzle*, o aumento de intensidade dos choques traduz o desejo destes de obter sucesso no ensino das associações, não devendo portanto aumentar a intensidade dos choques aplicados durante o primeiro bloco de tentativas, antes de o cúmplice ter cometido alguns erros. No caso dos sujeitos vítimas de frustração devida à obstrução praticada pelo cúmplice, a intensidade dos choques traduz uma mistura do desejo de ensinar com o desejo de prejudicar, o qual implica a aplicação de choques intensos logo que o sujeito tem a primeira oportunidade de aplicar choques.

Da parte dos sujeitos cuja crença na eficácia «pedagógica» de choques mais intensos é menor, esperamos uma diferenciação mais nítida das duas modalidades de frustração, um aumento regular da intensidade dos choques aplicados

pelos sujeitos vítimas das obstruções do cúmplice e oscilações para mais e para menos da intensidade dos choques aplicados pelos sujeitos que fracassaram na prova de inteligência.

Os resultados obtidos por Geen correspondem exactamente aos que são assim previstos, não comportando em caso algum «excepções inexplicáveis» análogas à que Geen é levado a reconhecer na sua própria interpretação dos dados por ele obtidos.

Ambas as experiências que acabamos de examinar pretendiam mostrar que uma frustração, entendida no sentido da hipótese frustração-agressão, desperta nas vítimas da frustração uma tendência para cometer agressões, sempre que estímulos evocadores de agressão lhes são apresentados na mesma ocasião. A primeira destas experiências evidencia erros materiais que retiram aos dados publicados toda a validade. A segunda mostra nitidamente que uma frustração só desperta na vítima uma conduta agressiva no caso em que essa frustração é o produto de uma acção prejudicial arbitrária, da parte de um outro indivíduo.

6. AS REACÇÕES FISIOLÓGICAS À FRUSTRAÇÃO

Na experiência que já descrevemos, ao mesmo tempo que fez observações respeitantes à conduta agressiva, Gentry (1970a) realizou registos da pressão arterial sistólica e diastólica. Este autor não encontrou qualquer diferença entre os vários grupos, no que respeita à pressão sistólica, mas notou diferenças significativas de pressão diastólica. Gentry constatou um menor aumento da pressão diastólica da parte dos sujeitos vítimas de frustração que da parte dos restantes sujeitos, efeito cuja interpretação é tornada difícil devido à interacção significativa da frustração, do insulto e da aprovação prévia do comportamento agressivo por parte do experimentador. A interacção de segunda ordem parece reflectir algumas deficiências do plano experimental utilizado por Gentry, que tende a misturar os efeitos de diferentes tratamentos.

Por um lado, a medida da tensão arterial foi efectuada em condições tais que corresponde a uma mistura dos efeitos de cada tratamento experimental sobre esta variável, com o efeito sobre esta mesma variável das reacções comportamentais posteriores dos sujeitos ao tratamento a que foram submetidos. Com efeito, esta medida é a média de três observações realizadas a partir do momento em que o sujeito começa a reagir ao cúmplice após ter sido submetido a um dos tratamentos experimentais. Por outro lado, o papel desempenhado pela aprovação por parte do experimentador das diferentes reacções dos sujeitos às pranchas do PF, parece impossível de determinar, dado que aquele que manifesta a sua aprovação é o mesmo que, em seguida, ataca os sujeitos e se torna por isso vítima designada da riposta destes.

Partindo das considerações precedentes torna-se possível propor uma interpretação parcial dos resultados obtidos por Gentry.

A interacção de segunda ordem provém de uma interacção de primeira ordem entre o efeito da frustração e o da aprovação das respostas ao PF, a qual se verifica unicamente entre os grupos constituídos pelos sujeitos que o experimentador não insulta. Nos restantes grupos, em que os sujeitos são insultados pelo experimentador, não se observa qualquer interacção. Pode pois dizer-se que, nestes últimos, o sucesso na prova de inteligência se traduz por uma maior elevação da pressão diastólica que o fracasso, significando esta diferença que, ao serem insultados após o sucesso, os sujeitos manifestam uma reacção cárdio-vascular mais intensa que ao serem insultados após o fracasso. Os indivíduos que não são insultados pelo experimentador manifestam globalmente uma elevação de pressão diastólica muito inferior à que se observa nos indivíduos que foram insultados. A interacção que se constata entre os quatro grupos de sujeitos que não são insultados pelo experimentador é provavelmente devida à reacção dos sujeitos aos choques que eles próprios enviam. Este efeito é, no entanto, tanto mais difícil de explicar quanto as médias dos comportamentos agressivos desses mesmos grupos

não foram publicadas por Gentry, se bem que seja esta a explicação mais plausível, dada a existência correspondente de uma interacção quase significativa ($F_{1,28} = 3.96$, $p < .10$) da intensidade dos choques aplicados ao experimentador.

Numa experiência realizada posteriormente, este mesmo autor (Gentry, 1970b) evitou algumas destas dificuldades de interpretação. Estudou de novo três das quatro situações experimentais já criadas na primeira experiência: na situação de insulto, os sujeitos são insultados pelo experimentador, após terem concluído com êxito uma prova apresentada como constituindo um teste de inteligência; na situação de frustração, os sujeitos fracassam nesta mesma prova, não sendo, no entanto, insultados pelo experimentador; finalmente, na situação controlo, os sujeitos concluem com êxito a prova de inteligência, não sendo também insultados pelo experimentador.

Os resultados desta nova experiência revelam diferenças significativas entre os três tratamentos estudados, tanto no que respeita à pressão sistólica como à pressão diastólica. Mostram também, apenas no caso da pressão sistólica, uma diferença entre os sujeitos do sexo masculino e os do sexo feminino. Em ambos os parâmetros cárdio-vasculares, o grupo controlo manifesta a menor elevação de pressão, seguido pelo grupo que, não sendo insultado, fracassou na prova de inteligência, evidenciando o grupo de sujeitos insultados pelo experimentador após o sucesso na prova de inteligência o maior aumento de pressão. Gentry afirma que a diferença entre os sujeitos insultados e os que fracassaram na prova de inteligência não é estatisticamente significativa, afirmação que convém encarar com reserva, se ela se fundamenta, como parece ser o caso, na aplicação do «Duncan Multiple Range Test» às médias ajustadas resultantes de uma análise de covariância, as quais, devido ao ajustamento operado nos diferentes grupos por meio de um mesmo coeficiente de regressão, não são independentes.

Esta segunda experiência de Gentry, permite chegar a conclusões mais claras que a primeira:

o fracasso de uma acção visando um fim ao qual os sujeitos atribuem valor, suscita nestes uma elevação da pressão arterial, talvez inferior à suscitada por insultos dirigidos contra os sujeitos,

Esta conclusão é idêntica à que se poderia extrair da primeira experiência de Gentry, tendo em conta apenas os sujeitos aos quais o experimentador mostra uma atitude de aprovação das respostas não violentas ao PF. No entanto, o efeito de interacção registado na primeira experiência, ainda que a sua interpretação exacta seja impossível, assinala, todavia, que ou os efeitos cárdio-vasculares do insulto e da frustração são afectados por conhecimentos dos sujeitos relativos à significação da ocorrência de cada um destes acontecimentos em diferentes contextos, ou as reacções cárdio-vasculares registadas são determinadas pelo tipo de reacção do sujeito, que estes acontecimentos tendem a suscitar posteriormente nas condições estudadas.

Os dados obtidos por Rule e Hewitt (1971) são favoráveis à primeira destas hipóteses, ainda que os autores pareçam ser de opinião diferente. Parece-nos, no entanto, que os resultados obtidos por estes autores mostram que a reacção cárdio-vascular dos sujeitos reflecte mais a natureza dos diferentes acontecimentos que defrontam os sujeitos nos vários grupos experimentais, que diferenças das reacções destes a esses acontecimentos.

Rule e Hewitt fazem participar um verdadeiro sujeito numa experiência pretensamente destinada a estudar as reacções fisiológicas que se produzem durante a aprendizagem. O sujeito faz a experiência com um cúmplice do experimentador, o qual, numa primeira fase experimental, vai desempenhar o papel de experimentador na tarefa de aprendizagem. Numa segunda fase, o verdadeiro sujeito, que durante a primeira fase devia aprender de cor sílabas sem significado, vai passar a ser o experimentador, devendo o cúmplice, por sua vez, decorar as sílabas sem significado.

Durante a primeira fase experimental são criadas três situações: o sujeito tenta decorar

uma lista de sílabas fácil, recebendo comentários positivos da parte do experimentador; na segunda, o sujeito tenta decorar uma lista difícil, recebendo também, da parte do experimentador, comentários positivos; finalmente, na terceira situação, o sujeito defronta comentários depreciativos do experimentador, e tenta decorar uma lista de sílabas difícil. Na segunda fase experimental, o verdadeiro sujeito, desempenhando, por seu turno, o papel de experimentador, deve sancionar a aprendizagem feita pelo cúmplice, aplicando-lhe choques eléctricos, após cada uma das três tentativas de recitar a lista decorada, cometendo o cúmplice cada vez menos erros no decurso de cada uma dessas três tentativas de recitar a lista decorada. O sujeito deve escolher o número, a duração e a intensidade dos choques que aplica, constituindo as suas escolhas as variáveis dependentes comportamentais estudadas na experiência. Durante toda a experiência, regista-se o ritmo cardíaco dos sujeitos.

A duração e a intensidade dos choques aplicados não diferem segundo o tratamento experimental. Quanto ao número de choques aplicados, o comportamento dos sujeitos é paradoxal em relação com a hipótese de frustração-agressão: os sujeitos cuja tarefa era fácil e que o experimentador não insultou, dão mais choques que aqueles cuja tarefa era difícil e que foram insultados pelo experimentador; os sujeitos que aplicam menos choques são aqueles cuja tarefa era difícil e que o experimentador não insultou.

Rule e Hewitt interpretam estes resultados fundamentando-se na hipótese de que a aplicação de choques não reveste o mesmo sentido para os sujeitos que são insultados e para os que não são. Para os primeiros, aplicar um choque é um comportamento agressivo, tendo por objectivo castigar a vítima, enquanto para os segundos, mais não é do que um meio de facilitar a aprendizagem das listas de sílabas. Estes autores explicam a diferença entre os dois grupos de sujeitos que não são insultados, pelo facto de os sujeitos cuja tarefa era difícil terem admitido desde o início que, de qualquer

modo, o cúmplice não poderia decorar a lista de sílabas propostas pelo experimentador, concluindo, por conseguinte, não existir razão para lhe aplicar choques.

No que toca ao ritmo cardíaco, os resultados obtidos nesta experiência mostram que todos os tratamentos experimentais suscitam acelerações significativas do ritmo cardíaco, manifestando o grupo dos sujeitos que foram insultados uma aceleração mais importante do que a observada nos dois outros grupos. Entre estes dois grupos, em que os sujeitos devem aprender uma lista fácil ou uma lista difícil, não se constata diferença alguma. Medidas realizadas em vários momentos no decorrer da experiência, mostram que o regresso do ritmo cardíaco ao seu valor crónico, determinado no princípio da experiência, se faz mais lentamente nos sujeitos vítimas de insulto que nos restantes sujeitos, entre os quais se não observa qualquer diferença.

Pode concluir-se destas observações que tanto o fracasso numa tarefa como o insulto por um outro indivíduo determinam uma aceleração do ritmo cardíaco. Convém ainda sublinhar que se não observou qualquer diferença de aceleração do ritmo cardíaco entre os dois grupos de indivíduos que não foram insultados, os quais aplicam, contudo, um, o maior e o outro, o menor número de choques registados na experiência, mostrando pois não existir relação entre o ritmo cardíaco e a natureza da reacção do sujeito aos tratamentos experimentais.

Considerados no seu conjunto, os resultados obtidos por Gentry, por Rule e Hewitt, bem como dados concordantes publicados por Spiegel e Zelin (1973) revelando um aumento de pressão arterial após o fracasso numa prova de inteligência, indicam que a frustração suscita nas suas vítimas uma reacção cárdio-vascular característica da intensificação da actividade simpática. Insultos dirigidos contra os sujeitos produzem efeitos análogos, provavelmente mais intensos, especialmente quando se trata de insultos que o comportamento prévio da vítima não pode justificar. O aumento da actividade simpática parece traduzir o efeito das

situações que o sujeito é obrigado a enfrentar, mais que a natureza das reacções posteriores do sujeito a essas situações. Contrastando com estas conclusões, deve apontar-se que a frustração não suscita um comportamento agressivo, excepto talvez nos casos em que aparece como sendo o produto de uma actividade de um adversário levando, neste caso, a reacções agressivas menos intensas que as provocadas por insultos dirigidos contra os sujeitos.

Parece, pois, legítimo concluir que o aumento da actividade simpática não desempenha um papel causal na determinação da conduta dos sujeitos em situação de frustração, facto concordante com todas as observações realizadas a este propósito, que não revelam correlações apreciáveis entre a actividade simpática suscitada, quer por agressões dirigidas contra os sujeitos, quer por frustrações a estes infligidas, e o seu comportamento agressivo posterior. Não deve, contudo, concluir-se do que acabamos de afirmar que a actividade simpática e o comportamento agressivo são independentes. Se a primeira não parece afectar este último, veremos posteriormente que o contrário não é verdadeiro, do mesmo modo que mais adiante veremos em evidência vias indirectas pelas quais a intensificação da actividade simpática pode afectar a reacção dos sujeitos à frustração.

7. CONCLUSÃO

Apesar do nosso exame da literatura experimental relativa à hipótese frustração-agressão ter incidido sobre, praticamente, todos os trabalhos geralmente tidos por relevantes para a avaliação dessa hipótese, não foi possível encontrar um único caso em que esta tivesse sido confirmada. Esta contrastação destoa fortemente da crença generalizada na sua validade, pelo menos parcial. Não tendo esta crença por fundamento dados empíricos, importa identificar as razões que podem justificá-la.

Lubek (1978; 1979) propôs factores de natureza sociológica, visando explicar a longevidade excepcional da aceitação da hipótese frustração-agressão entre os especialistas. Contudo, o

acolhimento favorável feito a esta ideia pelo público não especializado, provém, sem dúvida, de outras razões. Em parte, as ideias expostas em 1939 pelos autores de Yale fornecem a justificação de certas práticas educativas e são também concordantes com alguns dos valores em moda nas sociedades ocidentais desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, a crença na validade da hipótese de frustração-agressão parece traduzir sobretudo uma impressão difusa, tirada da experiência introspectiva de cada um.

Convém, pois, situar os limites do fracasso da hipótese formulada em *Frustration and Aggression*. Com efeito, o facto de esta hipótese se revelar sem fundamento válido, não implica de modo algum que frustrações, dando a esta palavra os significados múltiplos que pode tomar no uso não científico, não possam suscitar comportamentos agressivos nas suas vítimas. São as noções propostas em 1939 que parecem não corresponder à realidade, sem que isso implique que o mesmo deva acontecer com outras noções de frustração ou de agressão que possam ser encaradas.

Se examinarmos a hipótese frustração-agressão, não na forma elaborada sob a qual se apresenta em *Frustration and Aggression*, mas na sua inspiração primitiva exposta na obra sociológica de Dollard (1937) *Caste and Class in a Southern Town*, vemos surgir esta ideia no contexto de uma análise das relações entre grupos raciais numa cidade do Sul dos Estados Unidos durante os anos trinta. Da leitura deste livro, como de certas passagens de *Frustration and Aggression*, retira-se a impressão de que, entre estas duas obras, a noção de frustração sofreu uma evolução que altera profundamente o significado da noção primitiva. A psicanálise e o behaviorismo parecem ter-se ligado para talhar na intuição original, sobre o leito de Procrusta, a hipótese frustração-agressão, amputando-lhe a psicanálise a sua base social, subtraindo-lhe o behaviorismo a sua profundidade temporal e axiológica.

No plano da metodologia convém também tirar uma lição dos trabalhos que examinámos.

Uma teoria do comportamento só apresenta interesse na medida em que contém, nas definições propostas, regras que permitam identificar as realidades observadas ou construídas, às quais se referem essas definições. Tais regras permitem construir os contrastes entre tratamentos experimentais, cujos valores significativos tornam possível ao experimentador afirmar que aquilo que foi observado ou construído corresponde efectivamente aos elementos do discurso teórico de que partiu, podendo as observações realizadas concordar ou não com as hipóteses formuladas. A hipótese de frustração-agressão contém tais regras. Na medida em que a noção de conduta agressiva proposta por Dollard *et al.* se baseia na atribuição ao agente de um fim específico — prejudicar alguém — é indispensável que os planos experimentais elaborados para pôr à prova hipóteses que exigem a observação deste tipo de comportamento, incluam os grupos controlo indispensáveis para excluir a interpretação da conduta danosa dos indivíduos, visando outros fins possíveis da acção destes. Os trabalhos relativamente recentes (Thompson e Kolstoe, 1974) e outros ainda mais recentes se prestem a críticas e suscitem dúvidas porque essa precaução não foi tomada, parece lamentável no respeitante à economia do trabalho científico. As operações de validação externa das variáveis dependentes — nada convincentes, de resto, no que respeita ao paradigma de Buss — que tendem a multiplicar-se actualmente, não podem, de modo algum, substituir o controlo experimental destinado a eliminar explicações concorrentes de dados experimentais, sem o qual não é possível estabelecer a validade dos paradigmas experimentais utilizados, relativamente à hipótese visada.

Na segunda parte deste artigo, a publicar num próximo número desta mesma revista, examinaremos alguns trabalhos respeitantes aos efeitos da frustração, realizados fora da orientação teórica e metodológica da hipótese frustração-agressão. Veremos, então, que algumas conclusões que podem ser extraídas desses trabalhos permitem formular em outros termos a problemática das relações entre a frustração e

o comportamento agressivo, ao mesmo tempo que fundamentam paradigmas experimentais que escapam às dificuldades com que deparámos e permitem uma explicação cabal dos factos conhecidos.

SUMMARY

The author discusses empirical studies bearing on the frustration aggression relationship. Close examination of the most often quoted studies, discloses both material errors and inconsistent interpretations of experimental data. Available evidence shows that interruption or failure at a valued task do not elicit aggressive reactions, except in one case, where minimal amounts of aggression were displayed towards an agent, presumably responsible for the failure of the subjects. Cardio-vascular measures show a consistent pattern of reaction to frustrating events, which seems to be independent of the reaction of the subjects to cope with frustration.

Concludes that frustration-aggression hypothesis, in all its forms, lacks any empirical support. In a forthcoming paper, data relevant to the evaluation of concurrent theoretical formulations will be discussed.

REFERÊNCIAS

- BARON, R. A., e EGGLESTON, R. J. (1972) — «Performance on the "aggression machine": motivation to help or harm?» *Psychonomic Science*, 26:321-322.
- BERKOWITZ, L. (1962) — *Aggression: a social psychological analysis*. McGrawhill, New York.
- BURNSTEIN, E. e WORCHEL, P. (1962) — «Arbitrariness of frustration and its consequences for aggression in relation to different frustrations», *Journal of Personality*, 30:528-540.
- BUSS, A. H. (1961) — *The psychology of aggression*. Wiley and sons, New York.
- BUSS, A. H. (1963) — «Physical aggression in relation to different frustrations», *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 67:1-7.
- BUSS, A. H. (1966) — «Instrumentality of aggression, feedback, and frustration as determinants of physical aggression», *Journal of Personality and Social Psychology*, 3:153-162.
- BUSS, A. H. (1971) — «Aggression pays», in J. L. Singer (ed.), *The control of aggression and violence*. Academic Press, New York, London.
- DA GLORIA, J. e DE RIDDER, R. (1977) — «Aggression in dyadic interaction», *European Journal of Social Psychology*, 7:189-219.
- DA GLORIA, J. e DUDA, D. (1979) — «Le comportement agressif: conduite anti-normative ou usage de la coercition?», *Recherches de Psychologie Sociale*, 1:65-81.

- DOLLARD, J. (1937) — *Caste and Class in a southern town*. Yale University Press, New Haven.
- DOLLARD, J., MILLER, N. E., DOOB, L. N.; MOWRER, O. M. e SEARS, R. R. (1939) — *Frustration and aggression*. Yale University Press, New Haven.
- DUNCAN, D. B. (1955) — «Multiple range and multiple F tests», *Biometrics*, 11:1-42.
- FREUD, S. (1924) — «On the history of the psychoanalytic movement», in E. Jones (Ed.), *Collected papers, vol. I* London, Hogarth, (publicado pela primeira vez em *Jahrbuch der Psychoanalyse*, Bd. VI, 1914).
- FREUD, S. (1954) — «Project for a scientific psychology», apêndice de *Origins of Psychoanalysis: Letters to Wilhelm Fliess, drafts and notes 1887-1902*, Basic Books, New York.
- GEEN, R. G. (1968) — «Effects of frustration, attack and prior training in aggressiveness upon aggressive behavior», *Journal of Social Psychology*, 9:316-321.
- GEEN, R. G. e BERKOWITZ, L. (1967) — «Some conditions facilitating the occurrence of aggression after the observation of violence», *Journal of Personality*, 35:666-676.
- GENTRY, W. (1970a) — «Effects of frustration, attack, and prior aggressive training on overt aggression and vascular process», *Journal of Personality and Social Psychology*, 16:718-725.
- GENTRY, W. (1970b) — «Sex differences in the effects of frustration and attack on emotion and vascular processes», *Psychological Reports*, 27:383-390.
- GRAHAM, F. K., CHARWAT, W. A. HONIG, A. S. e WELTZ, P. C. (1951) — «Aggression as a function of the attack and the attacker», *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 46:512-520.
- HANER, C. F. e BROWN, P. A. (1955) — «Clarification of the instigation to action concept in the frustration-aggression hypothesis», *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 51:204-206.
- JEGARD, S. e WALTERS, R. H. (1960) — «A study of some determinants of aggression in young children», *Child Development*, 31: 739-747.
- KUHN, D. Z., MADSEN, C. H. e BECKER, W. C. (1967) — «Effects of exposure to an aggressive model and frustration on children's aggressive behavior», *Child Development*, 38:739-745.
- LORENZ, K. (1950) — «The comparative method in studying innate behavior patterns», *Symposia of the Society for experimental biology*, Cambridge University Press, 4:221-268.
- LUBECK, I. (1979) — «A brief social psychological analysis of research on aggression in social psychology», in A. Buss (Ed.), *Psychology in social context*. Irvington, New York, 259-306.
- LUBEK, I. (1981) — «Forty years of frustration and aggression: some historical notes on a long-lived hypothesis», in K. Larsen (Ed.), *Psychology and Ideology*, II.
- MALLICK, S. K. e McCANDLESS, B. R. (1966) — «A study of catharsis of aggression», *Journal of Personality and Social Psychology*, 4:591-596.
- MASLOW, A. H. (1943) — «Conflict, frustration and the theory of threats», *Journal of Abnormal Social Psychology*, 38:81-86.
- McCLELLAND, D. C. e APICELLA, F. S. (1945) — «A functional classification of verbal reactions to experimentally induced failure», *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 40:376-390.
- MENNINGER, K. A. (1942) — *Love against hate*. Harcourt, Brace, New York.
- MILLER, N. E., DOLLARD, J., DOOB, L. N., MOWRER, O. M. e SEARS, R. R. (1941) — «The frustration-aggression hypothesis», *Psychological Review*, 48:337-342.
- RULE, B. G. e HEWITT, L. S. (1971) — «Effects of thwarting on cardiac response and physical aggression», *Journal of Personality and Social Psychology*, 19:181-187.
- RULE, B. G. e NESDALE, A. R. (1974) — Differing functions of aggression», *Journal of Personality*, 42:467-481.
- SCHEFFE, H. (1959) — *The analysis of variance*. John Wiley & sons, Inc, New York.
- SEWARD, J. P. (1945) — «Aggressive behavior in the rat, III. The role of frustration», *Journal of Comparative Psychology*, 38:225-238.
- SPIEGEL, S. B. e ZELIN, M. (1973) — Fantasy aggression and the catharsis phenomenon», *Journal of Social Psychology*, 91:97-107.
- TAYLOR, S. P. e PISANO, R. (1971) — Physical aggression as a function of frustration and physical attack», *Journal of Social Psychology*, 84:261-267.
- THOMPSON, R. J. e KOLSTOE, R. M. (1974) — «Physical aggression as a function of strength of frustration and instrumentality of aggression», *Journal of Research in Personality*, 7:314-323.